



Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 das empresas do Conglomerado Rendimento composto pelo Banco Rendimento S/A; Concorrida Banco S.A.; Cotação DITVM S/A e Action S/A DITVM.

Cenário Mundial

O primeiro semestre do ano corrente exibiu diferenças significativas em relação à retomada no crescimento dos países desenvolvidos e naqueles em fase de desenvolvimento até o igual período de 2010. As dificuldades latentes de recuperação dos Estados Unidos e alguns países europeus demonstram que os emergentes apresentaram menores investimentos. No Brasil, considerando a eleição da candidata da situação, bem como a manutenção das políticas do seu antecessor, conseguimos manter, até certo ponto, "imunidade" da crise que assola os Estados Unidos e Europa, apesar de alguns pontos de atenção, devido ao crescimento da inflação e a tendência de redução dos preços de commodities.

O aumento da taxa Selic para 12,25% ao ano, demonstra a preocupação do Banco Central com a inflação. Além disso, é objetivo do governo buscar, com o aumento na taxação do IOF (Imposto de Operações Financeiras) para cartões de crédito internacional, manter a moeda americana apreciada, equalizando o fluxo entre importações e exportação. É de extrema importância que o COPOM – Comitê de Política Monetária se mantenha atento à conjuntura internacional e aos indicadores nacionais, entendendo e percebendo a necessidade de redução das taxas Selic ante o atual cenário econômico de alta no consumo interno.

Histórico

O Banco Rendimento S/A, Banco Comercial com carteira de câmbio, crédito, financiamento, repasses, BNDES, CDC, investimentos e operações estruturadas integra o Conglomerado Rendimento que compreende, ainda, as instituições financeiras Concorrida Banco S.A., Cotação DITVM S/A e Action S/A DITVM. O Banco Rendimento e empresas do grupo têm a missão ou finalidade de liderar o mercado de crédito negociado em espécie, e o segmento de pequenas e médias empresas com produtos e serviços inovadores e criativos, prestando um atendimento diferenciado e com qualidade para superar sempre as expectativas de nossos clientes.

Desempenho Econômico

O Banco Rendimento encerrou o primeiro semestre de 2011, com resultado líquido de R\$ 17,4 milhões, bem acima do primeiro semestre de 2010 que alcançou o valor de R\$ 4,2 milhões, representando um crescimento de 263,7%. Como se pode observar no quadro a seguir, todos os cenários foram favoráveis, a exemplo das receitas operacionais que alcançaram 73,6%. Paralelamente, as despesas também subiram, porém em níveis menores, alcançando um crescimento de 45,8%. As operações de crédito alcançaram o montante de R\$ 433,2 milhões no final do primeiro semestre de 2011, contra 314,5 milhões do primeiro semestre de 2010, significando um crescimento de 37,7%. Comportamento também considerado favorável no atual cenário tiveram as rendas de prestação de serviços que foram incrementadas em 34,0%. Já a PDD – Provisão para Devedores Duvidosos, considerando a Resolução 2.682/99, involuiu em 24,9%, partindo de R\$ 12,0 milhões no primeiro semestre de 2010 para os atuais 9,0 milhões, resultado da qualidade e incremento dos controles para efeito de deferimento de créditos.

	Receitas	Despesas	Resultado Operacional	PDD	Rendas de Serviço	Operações de Crédito
1º Sem. 2011	122.780	93.875	28.905	9.031	16.376	433.201
1º Sem. 2010	70.740	64.379	6.361	12.028	12.216	314.540
% Variação	73,6%	45,8%	354,4%	(24,9%)	34,0%	37,7%

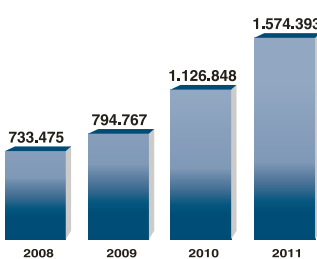
Índice da Basileia

Segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração do patrimônio de referência exigido, demonstramos a seguir o índice em referência nos últimos seis meses revelando o enquadramento do Banco Rendimento nos atuais 11% definido pelo órgão regulador, inclusive com relativa margem de folga.

	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido	Índice Basileia
2011			
Janeiro	128.810	105.641	13,41%
Fevereiro	129.465	105.308	13,25%
Março	115.362	93.340	12,49%
Abril	136.577	105.244	14,27%
Maior	141.329	104.751	14,84%
Junho	143.952	111.254	14,23%
Média			13,79%

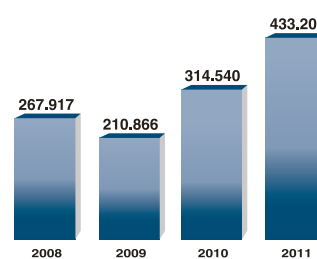
Ativos Totais

(Em milhares de reais)



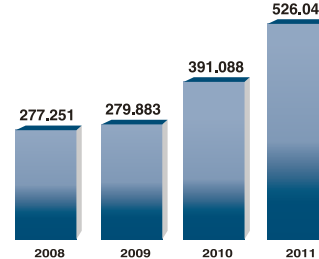
Operações de Crédito

(Em milhares de reais)



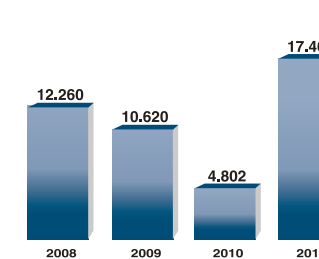
Captações

(Em milhares de reais)



Lucro Líquido

(Em milhares de reais)



Balanços Patrimoniais para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2011	2010	PASSIVO	Notas	2011	2010
Circulante		1.372.237	954.511	Circulante		1.104.010	706.599
Disponibilidades		211.859	225.096	Depósitos	12	246.420	133.915
Disponibilidades		211.859	225.096	Depósitos à Vista		42.864	23.905
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	135.799	147.727	Depósitos Interfinanceiros		31.085	5.055
Aplicações no Mercado Aberto		105.896	126.897	Depósitos a Prazo		155.151	90.368
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		16.656	11.490	Depósitos em Moeda Estrangeira		17.320	14.581
Aplicações em Moedas Estrangeiras		13.247	9.340	Depósitos para Investimentos		6	6
Títulos e Valores Mobiliários	6	52.350	10.861	Captações no Mercado Aberto	14	16.183	36.652
Carteira Própria		48.990	610	Carteira de Terceiros		16.183	36.652
Vinculados a Prestação de Garantias		3.360	10.251	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13	8.873	-
Relações Interfinanceiras		10.025	7.159	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos - LCA		8.873	-
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		5.989	5.081	Relações Interfinanceiras		3.447	700
Créditos Vinculados ao Bacen - Encaixe Obrigatório		630	430	Relações Interdependências		4.748	22.695
Relações com Correspondentes		3.346	1.549	Relações Interdependências		4.748	22.695
Operações de Crédito	8	352.193	246.794	Obrigações por Empréstimos	13	74.010	75.384
Operações de Crédito		352.193	246.794	Empréstimos no Exterior		39.623	53.008
Sector Privado:		297.447	212.148	Repasses no País - Instituição Oficial		34.387	26.376
Empréstimos e Títulos Descontados		63.111	45.839	Outras Obrigações		750.329	433.253
Financiamentos		(8.365)	(11.193)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		2.053	1.300
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		609.944	316.761	Carteira de Câmbio	9	543.362	300.410
Outros Créditos		548.501	297.688	Fiscas e Previdenciárias		12	274
Carteira de Câmbio	9	548.501	297.688	Negociação e Intermediação de Valores	15	12.418	1.762
Negociação e Intermediação de Valores		12	274	Diversas	15	192.483	129.781
Diversos	10	61.810	18.759	Exigível a Longo Prazo	12	344.175	307.199
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(379)	-	Depósitos		279.622	257.173
Outros Valores e Bens		67	113	Depósitos a Prazo		279.622	257.173
Despesas Antecipadas		67	113	Obrigações por Empréstimos	13	47.674	40.113
Realizável a Longo Prazo		142.495	108.202	Repasses no País - Instituição Oficial	15	16.879	9.913
Títulos e Valores Mobiliários	6	47.465	34.413	Fiscas e Previdenciárias		15.618	9.708
Carteira Própria		27.933	34.413	Diversas		1.261	205
Vinculados a Prestação de Garantias		19.532	-	Resultados de Exercícios Futuros		649	822
Operações de Crédito	8	71.977	55.718	Resultados de Exercícios Futuros		649	822
Sector Privado:		71.977	55.718	Patrimônio Líquido	18	125.559	112.228
Empréstimos e Títulos Descontados		22.830	16.440	Capital:		85.316	84.672
Financiamentos		49.813	40.113	De Domiciliados no País		85.316	84.672
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(666)	(835)	Reserva de Capital		-	644
Outros Créditos		23.053	18.071	Reserva de Lucros		26.953	18.017
Diversos	10	23.053	18.071	Lucros Acumulados		13.290	8.895
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		-	(33)				
Permanente		59.661	64.135				
Investimentos		53.744	58.566				
Participações em Controladas - no País	11	53.688	58.510				
Títulos Patrimoniais		2	2				
Outros Investimentos		54	54				
Imobilizado de Uso		2.887	2.795				
Imóveis de Uso		1.955	1.955				
Outras Imobilizações de Uso		5.287	4.627				
(Depreciações Acumuladas)		(4.265)	(3.697)				
Diferido		1.252	1.819				
Gastos de Organização e Expansão		4.011	4.029				
(Amortização Acumulada)		(2.759)	(2.210)				
Intangível		1.778	955				
Ativos Intangíveis		2.277	1.114				
(Amortização Acumulada)		(499)	(159)				
Total do Ativo		1.574.393	1.126.848	Total do Passivo		1.574.393	1.126.848

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Legal	Reservas de Lucros Especial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	84.672	-	644	2.106	11.109	8.895	107.426
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	4.802	4.802
Reservas de Lucros:	-	-	-	-	-	-	-
- Legal	-	-	-	240	-	(240)	-
- Outras	-	-	-	-	4.562	(4.562)	-
Saldos em 30 de Junho de 2010	84.672	-	644	2.346	15.671	8.895	112.228
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	84.672	644	2.990	2.990	11.396	-	111.396
Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	300	(300)	-	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	17.463	17.463
Aumento de Capital:	644	(644)	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros:	-	-	-	-	-	-	-
- Legal	-	-	-	873	-	(873)	-
- Outras	-	-	-	-	3.300	(3.300)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	22.790	13.290	125.559
Saldos em 30 de Junho de 2011	85.316	-	4.163	4.163	22.790	13.290	125.559

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**
O Banco Rendimento S/A (Banco) é um banco comercial com carteira de câmbio, fundado em 1992 e, em conjunto com suas controladas, opera no mercado financeiro atuando principalmente com crédito ao mercado de middle market, operações de câmbio financeiro e cartões de débito pré-pago.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.636/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consultadas também no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.
- Sumário das principais práticas contábeis**
 - Apuração do resultado**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas com taxas pré-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.
 - Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.694/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.
 - Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período

futuro, e as pós fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações comprometidas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de futuros - o valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.
- Operações com instrumentos financeiros derivativos não consideradas como hedge *accounting* são avaliadas na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que

O Gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do "Chief Risk Officer" (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

Política de Deferimento de Crédito

A política de deferimento de crédito adotada pelos Bancos Rendimento e Concorrida tem a base negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados às pessoas e empresas idôneas e que demonstrem capacidade de pagamento. As operações são realizadas com agilidade, segurança, rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos.
As operações de crédito do Banco Rendimento são destinadas, quase integralmente, às pessoas jurídicas do Middle-Market nacional.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo"

O Grupo Rendimento conta com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.
A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo e se reúne para avaliar o andamento dos trabalhos e a adoção de medidas necessárias para mantê-los em linha com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

As políticas "conheça seu cliente" e "conheça seu funcionário", os investimentos em treinamento, processos e sistemas de controles e monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios e operações das empresas Rendimento têm autonomia para recusar negócios e operações que considerarem suspeitos ou atípicas, sendo a proposta de negócio atípica recusada e reportada à alta administração.

Segurança da Informação

A política e as normas corporativas de segurança da informação das empresas contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados, pelos ambientes de informática, documentos, arquivos, cópias de segurança de sistemas, acessos controlados aos sistemas, controles de senhas e informações e proteção na geração e tráfego de dados, entre outras ferramentas de gestão em segurança da informação.
Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na absoluta proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas da Organização. Quanto ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), o Banco Rendimento e empresas do grupo contam atualmente com equipe e gerência para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para as empresas Rendimento como para os clientes.

###

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Fintos em 30 de Junho de 2011 e de 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

- j) Imposto de renda e contribuição social**
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 60 no trimestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.
- k) Operações de câmbio**
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base pro rata dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas (quando aplicável).
- l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Descrição	2011	2010
Disponibilidades	211.859	225.056
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	110.030	129.617
Títulos e valores mobiliários	-	610
Total	321.889	355.283

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas

	2011	2010
Aplicações no mercado aberto:		
Posição bancada:	89.713	90.245
Letras do tesouro nacional - NTN	-	26.750
Notas do tesouro nacional - NTN	20.000	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	69.713	63.495
Posição financeira:	16.183	36.652
Letras do tesouro nacional - NTN	-	23.250
Letras financeiras do tesouro - LFT	16.183	13.402
Total aplicações no mercado aberto	105.896	126.897

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2011	2010
Certificado de depósito interfinanceiro - CDI		
Não ligada	4.135	2.720
Não ligada - crédito rural	9.402	6.357
Não ligada - Pronal	1.806	1.306
Não ligada - Subex	1.513	1.107
Total certificado de depósito interfinanceiro - CDI	16.856	11.490
Aplicação em moeda estrangeira	13.247	9.340
Total de aplicação em moeda estrangeira	13.247	9.340
Total aplicações interfinanceiras de liquidez	29.903	147.727

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

Títulos para negociação	2011		2010	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Carteira própria - livres	76.860	76.922	35.027	35.023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.188	28.260	-	-
Letras do Tesouro Nacional - NTN	48.672	48.662	34.417	34.413
Certificado de depósito bancário - CDB	-	-	610	610
Vinculados a prestação de garantias	22.844	22.893	10.255	10.251
Letras do Tesouro Nacional - NTN	1.314	1.315	10.256	10.251
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.530	21.578	-	-
Total de títulos para negociação	99.704	99.815	45.283	45.274

(i) Valor de custo
Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. O valor de mercado dos títulos privados são atualizados pela variação de seus respectivos indexadores, ou seja, DI - Depósitos Interfinanceiros.

b) Composição por vencimento

	2011					2010	
	Sem vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.373	47.465	49.838	-	-
Letras do Tesouro Nacional - NTN	-	49.977	-	-	49.977	44.664	610
Certificado de depósito bancário - CDB	-	-	-	-	-	610	-
Total	-	49.977	2.373	47.465	99.815	45.274	

- 7. Instrumentos financeiros derivativos**
- a) Instrumentos financeiros derivativos**
O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("Hedge") contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.
O gerenciamento da necessidade de "Hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. A efetividade dos instrumentos de "Hedge" é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do "Hedge". Os instrumentos de "Hedge" podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a liquidez do instrumento e de permitir um nível de arbitragem dentro do cenário econômico traçado pela administração. Entretanto, existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de "Hedge", naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de "Hedge". A carteira de câmbio é gerenciada de forma que haja o menor descaimento de prazo e volume financeiro possível.

- b) Controles de gerenciamento de riscos**
As carteiras são controladas e consolidadas pela área de informações gerenciais, sob gestão da diretoria de planejamento, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de "Hedge". Essas informações são encaminhadas à mesa financeira para a gestão "intraday". Durante o dia, a mesa possui informações sobre a posição das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, e providencia os instrumentos de "Hedge" necessários, de acordo com a política previamente definida pela administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo comitê de risco mercado.
- c) Composição analítica das operações**
As operações com instrumentos financeiros derivativos estão representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do BACEN, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

Contratos de futuros (i)	Valor nominal dos contratos	
	2011	2010
Posição comprada	25.529	-
Dólar	25.529	-
Posição vendida	65.561	65.499
Dólar	-	20.824
DI1	65.561	44.675

- (i) Os ajustes diários, de contratos futuros, a receber no valor de R\$ 12 (2010 - R\$ 274) e a pagar no valor de R\$ 13, encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores.
Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na BM&FBovespa.
- d) Margem de garantia**
São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2011	2010
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.577	-
Letras do Tesouro Nacional - NTN	1.315	10.251
Total	22.892	10.251

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira
Em 30 de junho de 2011 e 2010, as operações de crédito estavam assim representadas:

	2011	2010
Operações de crédito		
Conta corrente garantida	130.694	99.919
Capital de giro	145.828	114.268
Finame	82.612	64.527
Títulos descontados	30.057	16.028
Financiamento em moeda estrangeira	27.594	15.834
Direitos creditórios adquiridos c/cobrança	9.127	-
Cheque especial	3.517	762
Crédito direto ao consumidor - CDC	2.719	2.186
Compror	732	998
Recuperação judicial	304	-
Adiantamento a depositantes	28	18
Total das operações de crédito	433.202	314.540

Outros créditos

	2011	2010
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 9)	11.517	3.323
Importação financiada (nota 9)	11	127
Rendas a receber (nota 9)	212	91
Total	11.740	3.541
Total das operações de crédito	444.942	318.081
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.031)	(12.028)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(379)	(33)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.410)	(12.061)
Total das operações de crédito	435.532	306.020

b) Composição da carteira

	2011	2010
Setor privado:		
Indústria	122.985	72.399
Comércio	42.058	25.719
Outros serviços	241.568	208.134
Intermediação financeira	17.988	372
Pessoas físicas	8.603	7.916
Total da carteira por ramo de atividade	433.202	314.540

c) Composição da carteira por vencimento

	2011	2010
À vencer:		
até 180 dias	230.684	203.928
de 181 a 360 dias	71.396	42.417
acima de 360 dias	106.698	56.553
Vencidas:		
até 60 dias	12.405	3.755
de 61 a 180 dias	7.456	1.122
de 181 a 360 dias	3.476	1.722
mais de 360 dias	1.087	5.043
Total da carteira por vencimento	433.202	314.540

d) Concentração da carteira

	2011	2010		
Valor	%	Valor	%	
10 maiores devedores	125.106	28,88	77.054	24,50
50 seguintes maiores devedores	195.525	45,13	146.951	46,72
100 seguintes maiores devedores	104.422	24,10	82.741	26,30
Seguintes maiores devedores	8.149	1,89	7.794	2,48
Total da carteira	433.202	100,00	314.540	100,00

- e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**
A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os semestres findos em 30 de junho, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	2011				Provisão
	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	
A	0,5	358.835	-	358.835	(1.794)
B	1,0	52.644	1.039	53.683	(537)
C	3,0	6.308	1.609	7.917	(238)
D	10,0	9.391	9.420	18.811	(1.881)
E	30,0	617	58	675	(202)
F	50,0	-	96	96	(48)
G	70,0	3	715	718	(503)
H	100,0	304	3.903	4.207	(4.207)
Total		428.102	16.840	444.942	(9.410)

Nível de Risco	2010				Provisão
	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	
A	0,5	251.129	-	251.129	(1.256)
B	1,0	32.228	2.630	34.858	(349)
C	3,0	9.978	2.749	12.727	(382)
D	10,0	5.552	42	5.594	(559)
E	30,0	7	72	79	(24)
F	50,0	-	378	378	(189)
G	70,0	-	1.655	1.655	(1.159)
H	100,0	310	7.800	8.110	(8.110)
Total		299.214	15.326	314.540	(12.028)

- f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**
A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:
- | | 2011 | 2010 |
|------------------------------------|----------------|-----------------|
| Saldo Inicial | (6.933) | (9.919) |
| Constituição | (5.325) | (2.847) |
| Reversão | 1.745 | 144 |
| Baixas de créditos contra prejuízo | 9.103 | 561 |
| Saldo Final | (9.410) | (12.061) |

- g) Créditos renegociados e recuperados**
Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2011, totalizam R\$ 55.300 (2010 - R\$ 40.789).
Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2011, totalizam R\$ 9 (2010 - R\$ 748).

9. Carteira de câmbio
Em 30 de junho de 2011 e 2010 a carteira de câmbio do Banco está formada como segue:

	2011	2010
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	247.324	141.786
Direitos sobre venda de câmbio	306.180	162.092
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(7.215)	(6.281)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8a)	212	91
Total do ativo	546.501	297.688

Passivo

Câmbio vendido a liquidar	302.388	161.047
(-) Importação financiada - câmbio contratado (nota 8a)	(111)	(117)
Obrigações por compra de câmbio	252.492	142.813
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 8a)	(11.517)	(3.323)
Obrigações por vendas realizadas	10	-
Total do passivo	543.362	300.410

- 10. Outros créditos - diversos**
- | | 2011 | 2010 |
|---|---------------|---------------|
| Dependência no país (i) | 41.587 | 5.869 |
| Devedores por depósito em garantia (Nota 24b) | 19.001 | 11.902 |
| Títulos e créditos a receber "Resellers" - VTM (ii) | 13.054 | 10.323 |
| Crédito tributário (Nota 18a) | 4.052 | 6.188 |
| Outros devedores diversos - país | 2.036 | 1.562 |
| Adiamento de renda a compensar | 4.110 | 158 |
| Adiantamento por conta de imobilização | 203 | 139 |
| Outros | 820 | 762 |
| Total | 84.863 | 36.903 |

- 11. Participação em controladas**
- | | 2011 | 2010 |
|-----------------------------|--------|---------|
| Na controlada | | |
| Patrimônio Líquido | 15.611 | 6.678 |
| Resultado do Período | 362 | (1.003) |
| No banco: | | |
| Participação no Capital (%) | 99,99 | 100,00 |
| Valor do Investimento | 15.611 | 6.678 |
| Equivalência Patrimonial | 362 | (1.003) |

Na controlada	2011		2010	
	Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	Cotação DTM S/A (ii)	Action S/A DTM (iii)	Concórdia Banco S/A (i)
Patrimônio Líquido	15.135	14.505	6.874	33.840
Resultado do Período	144	4.755	(62)	(1.102)
No banco:				
Participação no Capital (%)	99,99	100,00	100,00	65,00
Valor do Investimento	15.135	14.505	6.874	21.966
Equivalência Patrimonial	144	4.755	77	4.259

- (i) Em 20 de janeiro de 2011, o Banco Rendimento S.A. adquiriu mais 21,67% de pessoas físicas do Concórdia Banco S/A totalizando assim 96,67%.
(ii) A cotação DTM S/A, a partir de 30 de dezembro de 2010 passou a ser controlada pela Rendimento Holding S.A., a qual recebeu a totalidade das ações do Banco Rendimento S.A. como parte de pagamento da Distribuição de lucros de 2010. Dessa forma o resultado de equivalência patrimonial registrado no Banco Rendimento S.A. contempla o resultado da Cotação DTM até 30 de novembro de 2010.
(iii) Em 28 de maio de 2010, conforme instrumento de compra e venda de ações, o Banco Rendimento S.A. adquiriu 600.000 ações remanescentes da Action Participações S.A. pertencente ao Conglomerado Rendimento, resultando em 100% a participação do Banco Rendimento S.A. na Action S/A DTM.

12. Depósitos

	2011					2010	
	Sem vencimento	Até 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total	Total
Depósito a vista e para investimentos	42.864	-	-	-	42.864	23.911	-



BANCO RENDIMENTO

Av. Nações Unidas, 8501 - 10º andar
São Paulo - SP - CEP: 05425-070

www.bancorendimento.com.br

Banco Rendimento S.A. CNPJ nº 68.900.810/0001-38

Ouidoria 08007220132

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

base no apetite de risco e na capacidade financeira de cada unidade principal. O controle do risco de mercado é realizado por área de Controle de Riscos do Conglomerado que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle.

Adicionalmente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento da comissão superior e atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

Valor em Risco (VaR) - O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de Stress (VaR Stress - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

As operações de atividade de banco comercial e as posições estratégicas são gerenciadas utilizando-se medidas do risco econômico e simulações das exposições contábeis. As operações direcionais (operações destinadas a buscar as melhores alternativas no mercado, visando aproveitar imperfeições na formação de preços e taxas em relação às expectativas da instituição), executadas pelas mesas proprietárias, são controladas principalmente pelas medidas de VaR Stress e limites de prevenção de perdas.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com administração diversificada dos riscos.

Sensibilidade da carteira à variação dos fatores de risco de mercado - Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques em mais ou menos 25% (cenário II) e de mais ou menos 50%, (cenário III) e as maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão em cenários excepcionais.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, a análise foi aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições terão impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do Conglomerado, alinhada com as orientações do BACEN e os conceitos do Comitê de Basileia, constitui um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado.

II - Risco de Crédito

É o risco de um devedor ou tomador deixar de cumprir com as obrigações financeiras de qualquer contrato com a organização, ou de outra forma, deixar de cumprir o que foi acordado.

A gestão do Conglomerado Financeiro é feita tendo como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando.

A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco. Estabeleceu-se uma política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes e a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente econômico no Brasil e exterior, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, aumento/redução do consumo.

O processo centralizado de tomada de decisões e definição da política de crédito garante a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios. No atacado, as diversas comissões se subordinam ao Comitê de Gestão de Risco, responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Para proteger a instituição contra perdas decorrentes de operações de crédito, o Conglomerado Financeiro determina nível de provisões adequadas ao risco incorrido em cada operação através de análises que levam em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente.

Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, classificação da operação e condição do atraso da operação.

O conjunto de exposições, suas probabilidades de default e a recuperação esperada nas operações são compostos em um modelo de capital que calcula para uma situação extrema, a necessidade de capital do conglomerado dado um nível de segurança adequado.

III - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380, de 29/06/2006, do CMN, o Conglomerado Financeiro definiu uma política de gerenciamento do risco operacional.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Básica, apesar de estarmos em estudo de uma nova metodologia que venha minimizar o efeito de alocação excessiva de capital.

Além do capital regulatório, o Conglomerado Financeiro já utilizava o modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios com quantificação dos riscos operacionais incorridos através de modelos estatísticos que permitem a constituição de provisão para perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas.

IV - Risco de Liquidez

É o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimos e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

27. Outras informações

Em 20 de março de 2008 o Banco Central do Brasil divulgou o Comunicado nº 16.669, que estabeleceu um cronograma de adaptação à Lei nº 11.638, sendo que até o momento foram divulgadas as seguintes regulamentações: Destacamos a seguir as principais regulamentações divulgadas no semestre findo em 30 de junho de 2011:

- Em 26 de maio de 2011, o Conselho Monetário Nacional resolveu que as instituições financeiras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 24 através da divulgação da Resolução nº 3.973, que trata sobre os procedimentos aplicáveis na contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis que deverão produzir efeitos a partir de sua publicação.
- Em 30 de junho de 2011, o Conselho Monetário Nacional resolveu que as instituições financeiras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 10 através da divulgação da Resolução nº 3.989, que trata sobre os procedimentos aplicáveis na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações que deverão produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

A DIRETORIA

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/0-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos administradores do

Banco Rendimento S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de

exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas

operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre anterior

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2010 foram examinadas pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes (Terco), uma entidade legal separada da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu parecer dos auditores independentes sem ressalvas, em 16 de agosto de 2010. Em 1 de outubro de 2010, a Terco foi incorporada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Após esta incorporação, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. passou a ser denominada Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

São Paulo, 15 de setembro de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/0-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/0-6



BANCO RENDIMENTO

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 do Concordia Banco S/A.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2011	2010	PASSIVO	Notas	2011	2010
Circulante		31.851	52.618	Circulante		794	18.868
Disponibilidades		45	76	Depósitos	(10)	153	18.358
Aplicações em depósitos interfinanceiros		27.226	21.250	Depósito à vista		153	4.274
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(5)	30.908	21.250	Depósito a prazo		2	14.084
Operações no mercado aberto		3.682	21.250	Relações Interfinanceiras		27	2
Aplicações em depósitos interfinanceiros		27.226	21.250	Outras obrigações	(12 e 13)	614	508
Títulos e valores mobiliários	(6)	2.137	2.137	Cobrança e arrecadação de tributos		1	16
Carteira própria		-	2.094	Fiscais e previdenciárias		412	102
Vinculados a prestação de garantias		-	43	Diversos		202	390
Relações Interfinanceiras		287	18	Exigível e longo prazo		613	613
Pagamentos e recebimentos a liquidar		2	1	Depósitos		-	613
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		285	-	Depósito a prazo		-	613
Operação de crédito	(7)	74	22.171	Patrimônio líquido	(14)	36.228	33.840
Operação de crédito - setor privado		148	22.299	Capital de domiciliados no País		35.000	35.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(74)	(128)	Reserva de lucros		337	967
Outros créditos	(8)	530	6.966	Lucros (prejuízos) acumulados		891	(2.127)
Diversos		530	6.966	Total do passivo		37.022	53.321
Outros valores e bens		7	-				
Despesas antecipadas		-	-				
Realizável a longo prazo		-	683				
Operação de crédito		-	683				
Operação de crédito - Setor privado		-	687				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(4)				
Outros valores e bens		-	13				
Despesas antecipadas		-	13				
Permanente	(9)	5.171	8				
Imobilizado de Uso		5.155	8				
Ativos Intangíveis		16	-				
Total do ativo		37.022	53.321				

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	35.000	48	919	(1.025)	34.942
Prejuízo do semestre	-	-	-	(1.102)	(1.102)
Saldos em 30 de junho de 2010	35.000	48	919	(2.127)	33.840
Saldo em 30 de dezembro de 2010	35.000	48	919	(677)	35.290
Lucro do semestre	-	-	-	938	938
Reservas de lucros	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	47	-	(47)	-
Reserva especial	-	(48)	(629)	677	-
Saldos em 30 de junho de 2011	35.000	47	290	891	36.228

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Concordia Banco S/A foi constituído como Banco Múltiplo, que opera com as carteiras comercial e de investimentos, integrante do Conglomerado Financeiro Rendimento. Seu acionista majoritário é o Banco Rendimento S.A.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em 20 janeiro de 2011 o Banco Rendimento adquiriu 7.584 ações ordinárias, passando a ser detentor de 30.334 ações, o que representa 86,67% do Concordia Banco.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatos e pressupostos estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e pressupostos mensalmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Ajustamento do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* para as despesas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas predefinidas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data de aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, os títulos e valores mobiliários integrantes do balanço são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

- Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por

180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 7.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada trimestralmente.

g) Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

h) Depósitos

Os depósitos estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base *pro rata* dia.

i) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 60 no trimestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição

	2011	2010
Disponibilidades	45	76
Aplicações em operações compromissadas	3.682	21.250
Aplicações em depósitos interfinanceiros	26.012	-
Total	29.739	21.326

A DIRETORIA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos administradores do Concordia Banco S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Concordia Banco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Concordia Banco S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em 30 de junho de 2011, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2011, não existem processos classificados pela Administração como perdas possíveis.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

17. Limites operacionais

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido PIRE, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2011 é de 14,23% para o Conglomerado.

Em 30 de junho de 2011, o capital social está representado por 35.000 mil ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$ 1 cada uma.

b) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral.

c) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

15. Outras despesas administrativas

	2011	2010
Despesa de serviços técnicos especializados	350	159
Despesa de depreciação e amortização	359	1
Despesa de processamento de dados	254	364
Despesa de alugueis	97	131
Despesa de serviços de terceiros	94	159
Despesa de serviços do sistema financeiro	67	120
Despesa de comunicações	58	124
Despesa de publicidades	56	58
Outras despesas administrativas	101	167
Total	1.446	1.323

16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2011, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2011, não existem processos classificados pela Administração como perdas possíveis.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

17. Limites operacionais

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido PIRE, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2011 é de 14,23% para o Conglomerado.

Demonstrações do Resultado

30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por ação)

	2011	2010
Recetas da intermediação financeira	2.663	2.554
Operações de crédito	1.178	1.174
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.484	1.377
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1	3
Despesas da intermediação financeira	(430)	(944)
Operações de captação no mercado	(543)	(857)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	113	(87)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.233	1.610
Outras receitas/despesas operacionais	(1.201)	(2.713)
Receita de prestação de serviços	672	31
Despesas de pessoal	(239)	(1.347)
Outras despesas administrativas	(1.446)	(1.323)
Despesas tributárias	(164)	(83)
Outras receitas/despesas operacionais	36	9
Resultado operacional	1.032	(1.102)
Resultado não operacional	210	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	1.242	(1.102)
Imposto de renda e contribuição social		



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constituída em 29 de Setembro de 1988 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente. Em 29 de maio de 2010, o Banco Rendimento S/A adquiriu 600.000 ações, passando a ser detentor de 1.667.104 ações, o que representa 100% da Action DTVM.

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, não menos, semestralmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis - a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Títulos e valores mobiliários** - De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Em 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **d) Operações de câmbio** - As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata* dia) auferidas. **e) Provisão para imposto de renda e contribuição**

social - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. **f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes obrigações legais e divulgação de provisões são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2011	2010
Disponibilidades em moeda local	894	884
Disponibilidades em moedas estrangeiras (i)	749	5.622
Depósitos bancários	425	2.642
Total	2.068	9.148

i. Corresponde aos numerários em espécie, em moeda local ou estrangeira, disponíveis para operação de compra e venda de moedas.

5. Títulos e valores mobiliários - Em 30 de junho de 2011 e 2010 as operações com títulos e valores mobiliários estão compostas como demonstrado a seguir:

	2011	2010
Títulos para negociação - vencimento de 1 a 3 anos	-	-
Carteira própria - livres	4.984	210
Certificados de depósitos bancários - CDBs	4.984	210
Total	4.984	210

6. Outros créditos - diversos

Descrição	2011	2010
Circulante	-	-
Adiantamentos e antecipações salariais	-	147
Impostos a compensar	10	-
Carteira de câmbio (i)	-	1.202
Valores a receber de sociedade ligada	147	-
Outros	50	-
	207	1.349

Realizável a longo prazo

Adiantamentos p/futuras imobilizações	-	55
Impostos a compensar	141	158
Devedores de depósitos em garantia	10	32
	151	245
Total	358	1.594

(i) Representado por câmbio vendido a liquidar.

7. Outras obrigações - a) Carteira de câmbio - O saldo de R\$ 342 (2010 - R\$ 5.075) é proveniente das operações de câmbio sobre "travellers cheque" e "visa travel money" a liquidar.

b) Diversas

Descrição	2011	2010
Circulante	-	-
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	239	1.221
Valores a pagar - Sociedades ligadas	29	8
Credores diversos - País	10	1.010
	278	2.239
Realizável a longo prazo	-	-
Credores diversos - País	-	10
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	-	20
	-	30
Total	-	30

(i) Contempla as provisões de férias e das contas a pagar de despesas administrativas.

8. Imposto de renda e contribuição social

	2011	2010
	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.003)	(1.003)
Adições:	921	921
Despesas não dedutíveis	921	921
Exclusões:	-	(3)
Participações estatutárias no lucro	-	(3)
Base do imposto de renda e da contribuição social	(82)	(82)
Despesa de imposto de renda e contribuição social do semestre	-	(19)

Em 30 de junho de 2011, a Distribuidora possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não contabilizados no montante de R\$ 32, sendo R\$ 20 referentes a imposto de renda e R\$ 12 referentes a contribuição social. Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Banco Central do Brasil, os benefícios do imposto de renda e contribuição social, no montante estimado de crédito tributário, serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, uma vez que a Distribuidora ainda não atende aos quesitos estabelecidos nestas Resoluções, por não apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais.

9. Patrimônio Líquido - a) Capital social - O capital social está representado por 1.667.104 ações, divididas em 833.552 ordinárias e 833.552 preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, datado de 29 de maio de 2010, o Banco Rendimento S/A passou a ser único controlador da Distribuidora, através da aquisição da totalidade das ações pertencentes à Action Participações S/A, correspondentes a 600.000 ações nominativas, divididas em 300.000 ações ordinárias e 300.000 ações preferenciais, representativas de 35,99% restantes do capital social da Action. **b) Reserva legal** - A Distribuidora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. **c) Reserva especial de lucros** - A Distribuidora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

10. Transações com partes relacionadas - As transações com partes relacionadas são representadas, basicamente, por operações junto ao Banco Rendimento S.A.

	2011	2010
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	4.754	4
Valores a receber de ligadas	147	-
Passivo		
Valores a pagar	29	8
Resultado		
Resultado com títulos e valores mobiliários	108	19
As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado.		

Remuneração do pessoal chave da administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Distribuidora. A Distribuidora incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

Remuneração fixa (valor mensal)	198
Encargos Sociais	(52)
Total	146

A Distribuidora não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

11. Outras despesas administrativas

Descrição	2011	2010
Aluguéis	1.325	1.666
Serviços de terceiros	751	924
Serviços do sistema financeiro	457	1.167
Serviços técnicos especializados	289	180
Comunicações	250	288
Serviços de vigilância e segurança	239	472
Condomínio	105	406
Propaganda e publicidade	70	163
Processamento de dados	48	124
Água, energia e gás	36	59
Transportes	25	30
Manutenção e conservação de bens	14	57
Outras	570	853
Total	4.179	6.661

12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - a) Ativos contingentes - Em 30 de junho de 2011 e 2010, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas nos trimestre, estão a seguir apresentadas:

	2011	2010
Saldo no início do semestre	20	20
Constituições	-	-
Realizações/reversões	(20)	-
Total	-	20

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis - Em 30 de junho de 2011 e 2010, não existem processos classificados pela Administração como de perdas possíveis. **13. Limites operacionais** - O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido PRE, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2011 é de 14,23% para o Conglomerado.

A DIRETORIA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos administradores da **Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Examinamos as demonstrações financeiras da Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras - A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para

expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre anterior - As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2010 foram

examinadas pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes (Terco), uma entidade legal separada da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu parecer dos auditores independentes sem ressalvas, em 16 de agosto de 2010. Em 1 de outubro de 2010, a Terco foi incorporada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Após esta incorporação, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. passou a ser denominada Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

São Paulo, 15 de setembro de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/0-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP194050/0-6